

ATA DA 064ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2020  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 09h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia  
Deputado Mauro de Nadal

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente)- Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura das atas das sessões anteriores para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados. Passa ao horário reservado às Breves Comunicações.

\*\*\*\*\*

**Breves Comunicações**

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Procede apresentação de vídeo evidenciando que, dos R\$ 1.3 bilhão destinados pelo Governo Federal a Estados e Municípios para ações de combate à Covid-19, aproximadamente R\$ 77 milhões foram desviados.

Segundo o Deputado, os prejuízos aos cofres públicos podem ser ainda maiores, já que o caso da compra dos respiradores em Santa Catarina não foi incluído na reportagem exposta. Menciona que, quando escuta o discurso de algumas pessoas,

dizendo que vamos sair mais fortes do caos que se estabeleceu, infelizmente não pode concordar, pois considera que vamos sair ainda mais pobres e mais prejudicados pela corrupção e pelas consequências do vírus que assolou o Brasil.

Salienta que temos que aprender a lição, e nós, políticos, não podemos carregar essa pecha de desonestos, bandidos e saqueadores. Diz que o empresário brasileiro continua sofrendo com as dificuldades impostas e, mesmo assim, foram responsáveis por sustentar o País durante a pandemia. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Parabeniza o Deputado Sargento Lima por abordar o uso indevido do dinheiro público em Santa Catarina, e defende a ideia de um trabalho em conjunto com os órgãos de controle do Governo para ressarcimento da verba gasta de forma fraudulenta.

Reforça que vivemos um momento difícil, prejudicial à economia de vários Estados brasileiros, entretanto, felizmente Santa Catarina é destaque na arrecadação.

Na sequência do tema, discorre especificamente sobre a retomada presencial das atividades escolares, assunto importante abordado na reunião com o propósito de apresentar o Plano Estadual de Contingência da Educação, contendo uma série de pré-requisitos para o procedimento.

Destaca a participação maciça de sindicatos, professores do Estado, da Fundação Especial Catarinense e da Secretaria da Saúde na elaboração de uma carta de intenções em prol do bem-estar dos alunos e do povo catarinense, evitando a contaminação da COVID-19. Parabeniza toda a equipe envolvida.

Reforça, dizendo que a Assembleia Legislativa está atenta ao controle da pandemia, como também a Deputada Luciane Carminatti, ligada à área da Educação, sobre a possibilidade de retorno às aulas.

Registra, ainda, que fez uma proposta ao Governador para que, no período de pandemia, as autoescolas realizem, nas suas dependências,

provas teóricas monitoradas por câmeras e técnicos da segurança do Detran e Ciretran.

Finaliza a sua fala referindo-se à importância da vacina contra a COVID-19, e espera a participação de todos no cumprimento do calendário oficial, bem como a contribuição da Alesc por meio da adesão aos programas de vacinação. [Taquígrafa: Elzamar]

\*\*\*\*\*

### **Partidos Políticos**

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador)- Declara estar perplexo diante da última atitude da Procuradoria-Geral do Estado, que é responsável pela análise jurídica de atos e defender os interesses do Estado. Diz que a ação que o Procurador-Geral do Estado entrou ontem, no STF, foi considerada por Procuradores que afirmaram que isso não é uma questão institucional, e que não é algo que eles entendem fazer.

Lembra que foi um defensor e Presidente da Unale, e conta que recebeu ligações de colegas do Rio de Janeiro, do Pará, do Amazonas, perguntando o que houve com o Estado de Santa Catarina. Disseram eles que a Procuradoria-Geral do Estado entrou, no Supremo, para barrar todos os processos de *impeachment* dos Governadores que roubaram durante a Pandemia.

Afirma ao Procurador Geral do Estado que ontem conseguiu envergonhá-lo nacionalmente, e que não sabe o que irá dizer aos Deputados do Amazonas, cujo Governador comprou os respiradores numa casa de vinho, resultando na Operação Sangria. Indaga também o que vai dizer aos Deputados do Rio de Janeiro, onde o Secretário de Saúde foi preso com milhões de reais e delatou o Governador, que foi afastado pelo STF.

Dirige-se ao Procurador-Geral do Estado e ao Governador fazendo uma crítica por terem entrado no STF para barrar o *impeachment* de governadores ladrões. Afirma que a situação é uma vergonha para os catarinenses, cidadãos de um Estado ícone de

bons exemplos, de indústrias, de voluntariados, de superação de enchentes e furacões. Lamenta que, ao defender os próprios interesses, estão barrando o *impeachment* de Governadores e Secretários que roubaram e alguns estão presos e afastados pela Justiça durante a pandemia.

Solicita à Presidência que "fique registrado em ata o que falou sobre a Procuradoria Geral do Estado, além de estar fazendo, usando do institucional para defender o particular, que é o cidadão Carlos Moisés da Silva, está, nesta ação, trabalhando em causa própria, que é na defesa do aumento dos Procuradores sem base legal, e pior, pedir para parar, no Brasil, os processos de *impeachment* dos Governadores e Secretários Estaduais que roubaram na pandemia."

Responde o questionamento do Deputado Sargento Lima, se são esses Procuradores que, ano passado, atravessavam uma difícil situação financeira, ganhando R\$28.640,00, e receberam aumento para R\$33.540,00. Afirma que são os mesmos Procuradores.

Por fim, enfatiza que "tem absoluta certeza de que essa ação da Procuradoria em parar, no Brasil inteiro, o *impeachment* dos Governadores ladrões que roubaram, Manaus, Pará, Rio de Janeiro e Santa Catarina, não é dos Procuradores, é do Procurador. Você é uma vergonha, Procurador-Geral, uma vergonha nacional."

Deputado Ivan Naatz (Aparteante) - Chama atenção que, neste caso, a Procuradoria do Estado advoga em causa própria, os advogados do Estado receberam, irregularmente, cerca de nove milhões de reais, pois não havia lei autorizativa, nem sentença determinando o pagamento. Obviamente, eles terão que devolver esses recursos. Assim, eles se utilizam a prerrogativa de Procuradores do Estado para advogar os seus próprios interesses. Cita que a maioria ganha mais do que o teto constitucional.

Deputado Milton Hobus (Aparteante) - Menciona que esteve em Rondônia, e falou com alguns Deputados que lhe perguntaram sobre o que houve com Santa Catarina, pois estavam acostumados a

ouvir somente notícias boas do Estado, mas agora, o caso dos respiradores é uma vergonha nacional. Comenta que, quando se constata todo o processo da CPI, se viu que o Governador sabia de tudo, mesmo tendo sido orientado, dias antes, para que não fizesse o pagamento.

Salienta que fez um pedido de informação cobrando do Governo, pois, neste período todo em que as escolas estão sem aula, não foram feitas as reformas necessárias, mesmo havendo recurso para isso. Assim como não teve capacidade, ano passado, de fazer um convênio com o município e repassar recursos para a Saúde, e nem as emendas impositivas foram cumpridas. Lamenta o caos administrativo instaurado no Estado de Santa Catarina. *[Taquígrafa: Eliana]*

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Anuncia que o mês de setembro é oficialmente o mês para promover as causas socioambientais em Santa Catarina. Relembra que em 24 de julho de 2015 foi instituída no Estado a Campanha Setembro Verde, lei de autoria do próprio Deputado, com o intuito de promover a conscientização da população catarinense em relação aos hábitos de consumo, impactos socioambientais e sustentabilidade, assunto destaque em todos os setores da sociedade.

Informa que desde a sanção da lei, foram realizados diversos seminários, palestras e debates sobre o referido assunto, e lamenta que este ano não acontecerão devido ao coronavírus. Acrescenta que alguns municípios estão substituindo os eventos presenciais por eventos virtuais, citando como exemplo o município de Seara.

Discorre sobre a necessidade de cada um fazer sua parte e ter consciência sobre a forma como se lida com o consumo exagerado e a exploração excessiva de recursos naturais que acaba interferindo no equilíbrio ambiental do planeta.

Alterna o assunto, lamentando a queda do índice de vacinação em crianças e bebês. Relembra que em julho, do presente ano, a OMS alertou que o

Brasil foi um dos países que mais regrediu neste índice. Também cita, de acordo com o Ministério da Saúde, que houve queda no índice de vacinação em crianças de Santa Catarina, aumentando o risco de retorno e aumento de diversas doenças que estavam controladas.

Alerta que as famílias que decidem não vacinar seus filhos estão expondo a criança a não ter imunidade, podendo adoecer, causar sequelas, proliferar a doença ou até morrer. Atribui essa situação com a propagação de *fake News* e o aumento de grupos antivacinas.

Reafirma que a vacinação é importante, e como exemplo, cita que a Secretaria de Saúde de Santa Catarina anunciou o fim do surto de sarampo no Estado. Acrescenta, destacando a importância de levar a rigor o calendário de vacinação.  
[Taquiografia: Northon]

Partido: PSL

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO (Orador) - Inicia seu pronunciamento, explicando que esporte de alto rendimento é quando os atletas se preparam psicologicamente e fisicamente para competições.

Comenta a importância do esporte na movimentação da economia de Santa Catarina, dando ênfase à Liga Nacional de Futsal, que possui 5 equipes catarinenses, movimentando ao todo 1,5 milhão de reais por mês.

Lamenta que a Federação Catarinense de Futsal e a Secretaria de Saúde de Santa Catarina não liberaram o retorno desta e de outras modalidades de alto rendimento. Acrescenta que, por conta desta proibição, os times catarinenses estão tendo que ir a outros Estados para conseguir jogar as partidas como mandante.

Ao fim de seu discurso, questiona que o futebol amador, popularmente conhecido como pelada é liberado no Estado, mas o futsal não. Acrescenta que outros Estados estão com suas atividades de futsal profissional em funcionamento, seguindo todos os protocolos sanitários.

Deputado Fernando Krelling (Aparteante) - Parabeniza o Deputado pelo tema, e informa que já

entrou em contato diversas vezes com o Secretário de Saúde para tratar deste tema. Afirma que esta proibição é incoerente, e reforça a importância do futsal para a economia catarinense.

Deputado Jair Miotto (Aparteante) - Corrobora a fala do Deputado, e se prontifica a somar nesta pauta. *[Taquiografia: Northon]*

Partido: MDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Diz ter buscado dois exemplos de empresas que têm cumprido de maneira correta os protocolos de segurança impostos pela pandemia. Apresenta dois vídeos no telão do Plenário, que falam sobre o Porto de Itapoá, que doa R\$ 1,5 milhão, e uma dessas ações importantíssimas, criando mais 30 leitos no Hospital São José, em Joinville, outra de Três Barras, e Mantiqueira. Comenta sobre as ações já efetuadas empresas no Estado, e diz que estão dando um belo exemplo de solidariedade.

Fala das dificuldades que as famílias brasileiras têm enfrentado financeiramente, cita o elevado número de desempregados, e enaltece o auxílio emergencial oferecido pelo Governo Federal, o qual tem sido essencial nesse momento delicado.

Diz que acompanhando as notícias, notou que de todas as unidades federativas do Brasil, em 25 delas o auxílio emergencial supera o emprego com carteira assinada, e ressalta que as duas unidades em que prevalece o oposto, isto é, com mais carteiras assinadas do que aqueles que recebem o auxílio, são Distrito Federal e Santa Catarina. Afirma que o Estado Catarinense mostra mais uma vez sua incrível resiliência, mesmo diante das adversidades, além de demonstrar sua vocação histórica para o empreendedorismo, e acredita que novamente o Estado vai vencer.

Acredita que é dever dos Governantes incentivar e flexibilizar quanto possível para que as vagas de emprego aumentem e o mercado formal cresça. Diz que é tempo de retomar o caminho do bom senso, tomar decisões que não sejam baseadas em pânico, mas na ciência.

Torce para que esse momento passe logo e se mostra preocupado com o grande número de pessoas que dependem do auxílio emergencial, que tem salvado da fome, da miséria milhões de brasileiros, e espera que seja possível encontrar forças para superar essa pandemia.

Finaliza, dizendo que o auxílio não é para sempre, e deseja que as pessoas encontrem na retomada da economia oportunidade de emprego, que tenham o seu salário para viver com dignidade e prover a sua família das suas necessidades mais básicas.

Enaltece a capacidade do povo do Estado de Santa Catarina, que é sempre o primeiro a sair da crise. [Taquigrafia: Guilherme]

Partido: PL

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Comenta sobre os Procuradores do Estado e o processo de *impeachment* do Governador.

Afirma que está acontecendo esta confusão, porque os Procuradores queriam o direito de equiparação salarial, elevando o salário de R\$ 33 mil para R\$ 38 mil. Outrossim, cita as pessoas que ganham um salário mínimo, que trabalham de segunda a segunda e folgam uma vez por mês, e acredita que todas as profissões são valorosas, mas é necessário equilíbrio.

Comenta que a questão dos Procuradores é lamentável, que foi procurado pelos mesmos quando houve a votação da emenda na Reforma Administrativa, mas entende que nem tudo que é direito é justo. Acrescenta que o impacto seria de R\$ 10 milhões, que daria para iniciar a SC-370, e fazer várias manutenções de asfaltamento de rodovias estaduais.

Comenta sobre o corte ilegal de Araucárias na serra catarinense, e lê artigo de um Blog que faz denúncias de serrarias móveis. Afirma que a madeira apreendida e a serraria móvel simplesmente sumiram. Rememora projeto de lei, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, sobre o corte ilegal de madeira, e sua destinação para casas populares, e lamenta o ocorrido.

Finaliza, comentando sobre o aumento da água pela CASAN, diz que o momento não é propício e considera inadmissível o Governo autorizar esta medida. [Taquiografia: Guilherme]

\*\*\*\*\*

### **Ordem do Dia**

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Dá início a pauta da Ordem do Dia.

Pedido de Informação n. 0622/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca do investimento de 2,2 milhões de reais em 16 projetos de pesquisa e inovação que vão auxiliar no combate ao coronavírus em Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0623/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, cópia dos estudos que embasam a futura liberação de circulação de carros a partir do mês de setembro na Ponte Hercílio Luz.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0624/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, solicitando informações ao Secretário de Estado da Casa Civil e por intermédio desse ao Presidente da CASAN, acerca da rede de esgoto da área Central do município de Urubici.

Em discussão.

O sr. Deputado Marcius Machado solicita que seja retirada de pauta a matéria, pois a Casan não tem gerência em Urubici, não faz a gestão do esgoto naquele município.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) -  
Considera retirado de pauta o pedido de informação  
n. 624 por solicitação do autor.

Dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Moção n. 0431/2020, de autoria do Deputado  
Ismael dos Santos, manifestando repúdio ao Projeto  
de Lei nº 399, de 2015, especificamente às emendas  
substitutivas sugeridas ao texto, que têm o  
intuito de permitir a realização do plantio de  
maconha, em larga escala no Brasil, a ser  
utilizada em produtos que não visam o tratamento  
de saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam  
como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0432/2020, de autoria do Deputado  
José Milton Scheffer, manifestando aplauso ao  
Deputado Federal Nilson Francisco Stainsack pela  
posse no cargo.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam  
como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0433/2020, de autoria do Deputado  
João Amin, manifestando aplauso ao Curso de  
Medicina da Universidade Federal de Santa  
Catarina, pela passagem dos seus 60 anos de  
atuação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam  
como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0434/2020, de autoria do Deputado  
Fabiano da Luz, manifestando apelo ao Governador  
do Estado, da Infraestrutura e Mobilidade pela  
revitalização asfáltica da Rodovia SC-160.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0435/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus, manifestando aplauso à empresa WestrockBrazil pela participação fundamental na "corrente do bem" que envolveu a doação de 12 milhões de ovos para comunidades carentes.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0436/2020, de autoria do Deputado Felipe Estevão, manifestando apelo à Agência Nacional de Saúde Suplementar, para que esse órgão determine às administradoras de planos de saúde privadas que se abstenham de limitar o número de sessões de psicoterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e fisioterapia para pacientes beneficiários portadores de autismo.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0437/2020, de autoria do Deputado Mauro de Nadal, manifestando apelo ao Governo Federal, pela ampliação da oferta de crédito e maior celeridade na concessão do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0438/2020, de autoria da Deputada Paulinha, manifestando apoio ao Projeto de Lei nº

2388 de 2020, de autoria da Senadora Daniella Ribeiro.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0439/2020, de autoria da Deputada Paulinha, manifestando aplauso à Ação Social Arquidiocesana pelos relevantes serviços prestados a população catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0440/2020, de autoria da Deputada Paulinha, manifestando aplauso ao Doutor José Alexandre Machado pelos serviços prestados ao Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 1277/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto, solicitando, ao Presidente do PROCON, informações acerca das providências tomadas a fim de evitar o aumento de preços de diversos produtos fornecidos ao cidadão, especialmente os de gêneros alimentícios e farmacêuticos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Informa que há um requerimento extrapauta, de sua autoria, e indaga aos senhores Líderes se

seria possível apreciar a matéria na presente sessão.

(Passa a ler)

"Os Deputados que este subscrevem, com amparo no art. 223 e 226 do Regimento Interno, requerem a tramitação em regime de prioridade do Projeto de Lei n. 0257.2/2020, que altera a Lei n. 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências."

Para informação dos senhores Líderes, este projeto é aquele que tenta regulamentar aquela questão das cisternas, que hoje está sendo um grande problema para os agricultores e também para o Instituto do Meio Ambiente na liberação das licenças.

(As Lideranças aquiescem.)

Havendo concordância dos srs. Líderes, está em discussão e votação o Projeto de Lei n. 0257/2020.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1263/2020, de autoria do Deputado Jerry Comper; 1265/2020, 1266/2020 e 1272/2020, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 1267/2020, 1268/2020, 1269/2020, 1270/2020, 1275/2020 e 1276/2020, de autoria do Deputado Moacir Sopelsa; 1271/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 1273/2020 e 1274/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 1278/2020, de autoria da Deputada Luciane Carminatti; e 1279/2020, de autoria do Deputado Volnei Weber.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1763/2020, de autoria do Deputado Felipe Estevão; 1765/2020, de autoria do Deputado Ricardo Alba; 1766/2020, 1768/2020, 1769/2020, 1770/2020, 1771/2020, 1772/2020, 1773/2020, 1774/2020 e 1775/2020, de autoria do Deputado João Amin; 1767/2020, de autoria do Deputado Fabiano da Luz;

1776/2020, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso; 1777/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 1778/2020, 1779/2020, 1780/2020, 1781/2020, 1782/2020, 1783/2020, 1784/2020, 1785/2020, 1786/2020, 1787/2020, 1788/2020 e 1789/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster.

Finda a pauta da Ordem do Dia. [Transcrição: Taquígrafa Sara]

\*\*\*\*\*

### **Explicação Pessoal**

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Enaltece a brilhante oratória do deputado Kennedy Nunes e faz ponderações acerca do pronunciamento do Parlamentar.

Diz que o instrumento da DPF é um recurso constitucional, cuja competência é exclusiva do Governador, no âmbito da sua função. Afirma que a discussão do *impeachment* em Santa Catarina não pode ser comparada com a situação de outros Estados, pois as circunstâncias não se assemelham. Diz ter orgulho ser catarinense, e cita frase do ex-Governador Luiz Henrique da Silveira: "vergonha é trair a sua consciência". Saliencia que o Governo do Estado está fazendo sua defesa de forma incontestante.

Clama pelo restabelecimento do diálogo, para que a atenção seja direcionada às prioridades do Estado de Santa Catarina, como as questões de resguardo econômico, fomento ao desenvolvimento, sustentabilidade, vida social da população, retomada das atividades escolares e do setor de eventos. Torce para que a sentença do processo de *impeachment* seja justa e que o seu rito seja aclarado, justo, em sem qualquer tipo de manipulação política. [Taquígrafia: Roberto]

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Contesta prorrogação, por parte do Governo do Estado, da Lei nº 17.762/2019. A legislação previa a obrigatoriedade para empresas importadoras que têm benefícios fiscais em Santa Catarina trazerem,

a partir do dia 8 de agosto, importações ao Brasil pelo Porto Seco de Dionísio Cerqueira.

Conta que recebeu documento de auditor fiscal do Ministério da Agricultura, parabenizando os Deputados pela luta para manter a Lei em vigor. Além disso, o auditor expôs evidências, comprovando a capacidade para atender as demandas no porto seco do município.

Afirma que, para haver desenvolvimento no Estado de Santa Catarina, é importante que seja dado condições de crescimento para essas regiões, assim como aconteceu com Itajaí e outros portos do Estado.

Discorre, ainda, sobre abertura de licitação para fazer a jardinagem dos colégios em Santa Catarina, e afirma que seria mais eficiente transferir o valor individualmente para as escolas, para que as administrações internas tomem as devidas providencias. *[Taquiografia: Roberto]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para terça-feira, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

*(Ata sem revisão dos oradores)*

*[Revisão: Taquígrafa Sara/Roberto]*